



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

SENTENÇA

Processo nº: **0007067-11.2016.8.26.0566 - Controle nº 2015/002726**
 Classe - Assunto: **Cumprimento Provisório de Sentença - Medidas de proteção**
 Requerente: **OTÁVIO HENRIQUE PAULINO LINHARES**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de pedido de cumprimento provisório de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de fazer em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO e da FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, objetivando o cumprimento da tutela de urgência já deferida.

Os requeridos foram intimados para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 dias, com comprovação em 48 horas, sendo que, em caso de não apresentação, já fora deferido o sequestro de verbas públicas.

Os executados foram intimados e não ofertaram impugnação.

Foi realizado o sequestro de verbas públicas, sendo expedidos mandados de levantamento.

A destinação dos valores sequestrados restou devidamente comprovada nos autos.

Novo pedido de sequestro de verbas públicas restou prejudicada a análise tendo em vista a apresentação de comprovante de entrega do alimento especial por parte da municipalidade de São Carlos, fato confirmado pelo autor que requereu a extinção do feito.

É o relatório.

Decido.

Considerando a informação dada pela executada Fazenda Pública do Município de São Carlos quanto à disponibilização do alimento especial e tendo em vista que o autor informou que o fornecimento foi regularizado, declaro satisfeita a obrigação e julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder a condenação da Fazenda do Estado de São Paulo em

0007067-11.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

honorários advocatícios, ante o teor da Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

Não há condenação em custas processuais, ante o disposto no artigo 6º da Lei 11.608/2003.

Diante da regularização do fornecimento dos medicamentos antes da presente decisão, deixo de condenar o município ao pagamento de honorários advocatícios.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P.I.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2018.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**